# ESTADO de Santa CatarinaMUNICÍPIO DE Sao Bernardino

AUDIÊNCIA PÚBLICA
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS

2º Quadrimestre/2021

exigência legal

Lei Complementar n°101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9°, § 4°

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

temas a serem apresentados

* Execução Orçamentaria
* Metas Arrecadação
* Cronograma de Desembolso
* Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
* Aplicação de Recursos em Educação (25%)
* Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (70%)
* Despesas com Pessoal
* Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Lei 4.320/64, Art. 2° - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1° Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos n°6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Receita Arrecada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2017 | 13.216.527,80 |
| 2018 | 15.512.705,74 |
| 2019 | 15.425.209,74 |
| 2020 | 16.476.860,46 |

|  |
| --- |
| Receita Arrecadada até 2º Quadrimestre/2021 |
| Receita Orçamentária | 12.640.045,40 |
| Média Mensal | 1.580.005,68 |

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Orçamentaria |



despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Despesa Realizada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Empenhado** | **Liquidado** |
| 2017 | 12.247.578,98 | 12.188.978,15 |
| 2018 | 14.714.544,64 | 14.396.937,06 |
| 2019 | 16.037.185,11 | 15.739.745,77 |
| 2020 | 15.356.135,53 | 15.187.980,68 |

|  |
| --- |
| Despesa até 2º Quadrimestre/2021 |
| Despesa Orçamentária | 13.558.984,09 | 10.779.120,85 |
| Média Mensal | 1.694.873,01 | 1.347.390,11 |

despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada |



receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

LRF, Art. 2° - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2017 | 13.364.369,54 |
| 2018 | 14.116.036,87 |
| 2019 | 15.076.099,18 |
| 2020 | 15.795.675,04 |

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida Arrecadada até 2º Quadrimestre/2021 |
| Receita Corrente Líquida | 11.820.065,40 |
| Média Mensal | 1.477.508,18 |

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) |



execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Receitas Arrecadadas**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **11.820.065,40**  |
| Receita Tributária | 404.076,67 |
| Receita de Contribuições | 30.355,10 |
| Receita Patrimonial | 53.694,29 |
| Receita Agropecuária | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 128.100,60 |
| Transferências Correntes | 13.270.092,72 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -2.076.279,16 |
| Outras Receitas Correntes | 10.025,18 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **819.980,00**  |
| Operações de Crédito | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 819.980,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **12.640.045,40**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Despesas Liquidadas Por Função de Governo**  |
| 01 - Legislativa | 438.463,77 |
| 04 - Administração | 1.499.157,39 |
| 06 - Segurança Pública | 31.051,93 |
| 08 - Assistência Social | 576.481,73 |
| 10 - Saúde | 2.745.669,90 |
| 12 - Educação | 1.974.071,72 |
| 13 - Cultura | 163.178,25 |
| 14 - Direitos da Cidadania | 2.409,00 |
| 15 - Urbanismo | 182.883,20 |
| 16 - Habitação | 2.742,30 |
| 17 - Saneamento | 291.749,08 |
| 20 - Agricultura | 1.638.163,40 |
| 22 - Indústria | 399,48 |
| 24 - Comunicações | 0,00 |
| 25 - Energia | 83.913,76 |
| 26 - Transporte | 917.646,04 |
| 27 - Desporto e Lazer | 106.048,51 |
| 28 - Encargos Especiais | 125.091,39 |
| 99 - Reserva de Contingência | 0,00 |
| **Total (IV)**  | **10.779.120,85**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| Execução Orçamentária e Financeira  |
| Superávit Financeiro do Exercício Anterior (V) | 0,00  |
| Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV) | **1.860.924,55**  |
| **Superávit (VII) = (V + VI)**  | **1.860.924,55**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
|  |



metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Receitas Orçamentárias**  | **Previsão**  | **Arrecadação**  | **Diferença**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **11.599.743,12**  | **11.820.065,40**  | **220.322,28**  |
| Receita Tributária | 397.220,16 | 404.076,67 | 6.856,51 |
| Receita de Contribuições | 32.000,00 | 30.355,10 | -1.644,90 |
| Receita Patrimonial | 42.923,04 | 53.694,29 | 10.771,25 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 91.399,92 | 128.100,60 | 36.700,68 |
| Transferências Correntes | 13.078.666,72 | 13.270.092,72 | 191.426,00 |
| (-) Deduções das Trasnrências Correntes | -2.042.466,72 | -2.076.279,16 | -33.812,44 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 10.025,18 | 10.025,18 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **0,00**  | **819.980,00**  | **819.980,00**  |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 0,00 | 819.980,00 | 819.980,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **11.599.743,12**  | **12.640.045,40**  | **1.040.302,28**  |

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Despesas Orçamentárias**  | **Fixadas**  | **Realizadas**  | **Diferença**  |
| **Despesas Correntes (I)**  | **11.062.118,96**  | **10.046.504,95**  | **1.015.614,01**  |
| Pessoal e Encargos Sociais | 5.835.182,24 | 5.199.307,40 | 635.874,84 |
| Juros e Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 5.226.936,72 | 4.847.197,55 | 379.739,17 |
| **Despesas de Capital (II)**  | **480.951,76**  | **732.615,90**  | **-251.664,14**  |
| Investimentos | 480.951,76 | 732.615,90 | -251.664,14 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Fundada Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Reserva de contingência (III)**  | **56.666,64**  | **0,00**  | **56.666,64**  |
| Reserva de contingência | 56.666,64 | 0,00 | 56.666,64 |
| **Total (IV) = (I+II+III)**  | **11.599.737,36**  | **10.779.120,85**  | **820.616,51**  |

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art´s. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **10.741.433,26**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **2.745.669,90**  |
| **Deduções (III)**  | **644.500,75**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)**  | **2.101.169,15**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **1.611.214,99**  |
| **Aplicado à maior**  | **489.954,16**  |
| **Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100**  | **19,56**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **11.107.868,23**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **1.893.953,53**  |
| **Deduções (III)**  | **236.758,33**  |
| **Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)**  | **-900.735,68**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)**  | **2.557.930,88**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **2.776.967,06**  |
| **Aplicado à Menor**  | **-219.036,18**  |
| **Percentual aplicado = (V) / (I) x 100**  | **23,03**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE 70% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

EC 108/2020, Lei N°14.113

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita do FUNDEB (I)**  | **1.176.450,72**  |
| **Despesas (II)**  | **723.491,44**  |
| **Mínimo a ser Aplicado**  | **823.515,50**  |
| **Aplicado à Menor**  | **-100.024,06**  |
| **Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100**  | **61,50**  |

APLICAÇÃO DE 70% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

EC 108/2020, Lei N°14.113

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **17.386.736,51**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **7.249.994,33**  |
| **Limite Prudencial - 51,30%**  | **8.919.395,83**  |
| **Limite Máximo - 54,00%**  | **9.388.837,72**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **41,70**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **17.386.736,51**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **492.064,97**  |
| **Limite Prudencial - 5,70%**  | **991.043,98**  |
| **Limite Máximo - 6,00%**  | **1.043.204,19**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **2,83**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **17.386.736,51**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **7.742.059,30**  |
| **Limite Prudencial - 57,00%**  | **9.910.439,81**  |
| **Limite Máximo - 60,00%**  | **10.432.041,91**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **44,53**  |

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE
INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA

Lei Complementar n° 101/2000, Art. 9°, § 4°

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 01 - MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 1001 - Instalação de Sistema de Abastecimento de Água |
|  | 110.000,00 | 494.918,79 | 155.000,00 | 449.918,79 | 0,00 |
| 1002 - Construção de Pontes |
|  | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.994,40 | 22.005,60 |
| 1003 - Pavimentação de Ruas |
|  | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 14,01 | 14.985,99 |
| 1004 - Apoio a Construção de Unid. Habitacionais - Urbano |
|  | 22.000,00 | 14.851,80 | 0,00 | 36.832,90 | 18,90 |
| 1005 - Apoio a Construção de Unid. Habitacionais - Rural |
|  | 22.000,00 | 13.000,00 | 0,00 | 34.690,00 | 310,00 |
| 1006 - Ampliação de Área Industrial |
|  | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 399,48 | 49.600,52 |
| 1007 - Ampliação da Rede Física do Ensino |
|  | 1.000,00 | 249.000,00 | 0,00 | 249.548,91 | 451,09 |
| 1008 - Construçao de Abatedouro Municipal |
|  | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1009 - Construção de Cemitério Municipal |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito |
|  | 453.000,00 | 148.000,00 | 0,00 | 412.929,15 | 188.070,85 |
| 2003 - Manutenção da Administração Geral |
|  | 1.210.000,00 | 5.000,00 | 130.000,00 | 696.672,08 | 388.327,92 |
| 2004 - Contribuição a Entidades Municipalistas |
|  | 200.000,00 | 0,00 | 55.000,00 | 131.376,36 | 13.623,64 |
| 2005 - Manutenção do Departamento da Fazenda |
|  | 760.000,00 | 0,00 | 130.000,00 | 331.399,31 | 298.600,69 |
| 2006 - Serviços de Segurança Pública |
|  | 67.660,00 | 55.238,19 | 7.450,00 | 37.731,11 | 77.717,08 |
| 2009 - Manutenção do Setor de Esportes |
|  | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 92.425,97 | 57.574,03 |
| 2010 - Manutenção de Praças/Quadra de Esportes |
|  | 160.000,00 | 28.124,87 | 0,00 | 173.080,91 | 15.043,96 |
| 2011 - Manutenção da Cultura em Geral |
|  | 40.000,00 | 70.000,00 | 25.000,00 | 47.479,63 | 37.520,37 |
| 2013 - Manutenção do Órgão Central de Educação |
|  | 335.000,00 | 0,00 | 0,00 | 254.027,78 | 80.972,22 |
| 2015 - Manutenção da Creche |
|  | 883.000,00 | 67.447,78 | 189.000,00 | 435.994,80 | 325.452,98 |
| 2016 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB |
|  | 1.841.230,65 | 391.229,60 | 111.000,00 | 918.986,52 | 1.202.473,73 |
| 2017 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental |
|  | 648.027,55 | 65.200,00 | 70.000,00 | 490.810,44 | 152.417,11 |
| 2019 - Manutenção do Pré-Escolar |
|  | 314.000,00 | 37.665,13 | 50.000,00 | 142.983,47 | 158.681,66 |
| 2020 - Apoio ao Ensino Especial |
|  | 31.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.732,89 | 5.267,11 |
| 2021 - Apoio ao Ensino Médio |
|  | 71.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 48.629,10 | 42.370,90 |
| 2026 - Apoio ao serviço de proteção Social PSE/MSE |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 2029 - Atendimento a Criança e ao Adolescente |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.409,00 | 7.591,00 |
| 2030 - Manutenção do Conselho Tutelar |
|  | 160.000,00 | 0,00 | 0,00 | 112.067,08 | 47.932,92 |
| 2031 - Manutenção da Assistencia Social |
|  | 543.000,00 | 15.000,00 | 0,00 | 374.562,65 | 183.437,35 |
| 2032 - Manutenção do Centro dos Idosos |
|  | 40.000,00 | 15.000,00 | 0,00 | 3.136,00 | 51.864,00 |
| 2033 - Manutenção da Rede de Energia Elétrica |
|  | 108.000,00 | 46.140,43 | 41.225,43 | 99.764,14 | 13.150,86 |
| 2034 - Manutenção do Terminal Rodoviário de Passageiros |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.740,00 | 8.260,00 |
| 2035 - Manutencao do Centro de Eventos |
|  | 45.000,00 | 149.381,84 | 4.381,84 | 162.470,62 | 27.529,38 |
| 2036 - Manutenção da Infra-Estrutura |
|  | 1.525.000,00 | 79.000,00 | 294.000,00 | 1.030.009,52 | 279.990,48 |
| 2037 - Manutenção da Agricultura |
|  | 1.611.300,00 | 543.992,39 | 78.901,00 | 1.786.853,07 | 289.538,32 |
| 2038 - Manutenção do Planejamento Urbano |
|  | 296.647,18 | 30.000,00 | 30.000,00 | 228.541,55 | 68.105,63 |
| 2039 - Manutenção do Sistema de Telefonia |
|  | 11.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.000,00 |
| 2040 - Pagamentos a Inativos |
|  | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.000,00 |
| 2041 - Manutençao do FMSB - Fundo Munic. de Saneamento Básico |
|  | 3.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.300,00 |
| 2042 - Contribuição ao Pasep |
|  | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 125.201,63 | 74.798,37 |
| 2043 - Reserva de Contingência |
|  | 85.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 85.000,00 |
| 2044 - Festividades Municipais |
|  | 36.491,95 | 0,00 | 0,00 | 26.999,00 | 9.492,95 |
| 2045 - Manutenção do Programa CRAS/PAINF |
|  | 381.500,00 | 271.862,12 | 69.450,00 | 220.970,46 | 362.941,66 |
| 2046 - Profissionalização de Jovens |
|  | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.000,00 |
| 2047 - Apoio ao Ensino Superior |
|  | 38.000,00 | 24.865,00 | 16.000,00 | 42.748,20 | 4.116,80 |
| 2048 - Manutencao do Fundo Municipal de Defesa Civil |
|  | 45.000,00 | 74.450,40 | 1.400,24 | 88.615,67 | 29.434,49 |
| 2049 - Constribuição para Consórcios Regionais |
|  | 113.000,00 | 32.794,88 | 5.894,00 | 102.317,52 | 37.583,36 |
| **Total da Unidade** | **12.748.157,33**  | **2.942.163,22**  | **1.463.702,51**  | **9.423.064,12**  | **4.803.553,92**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BERNARDINO**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2008 - Manutenção da Saúde Pública |
|  | 1.525.537,67 | 1.029.374,88 | 65.000,00 | 1.879.131,81 | 610.780,74 |
| 2012 - Manutenção do Programa PACS |
|  | 189.600,00 | 23.218,14 | 20.000,00 | 111.158,29 | 81.659,85 |
| 2018 - Manutenção do Programa PSF |
|  | 551.280,00 | 37.246,58 | 200.000,00 | 182.689,76 | 205.836,82 |
| 2022 - Assistência Hospitalar ao Cidadão |
|  | 275.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 273.600,00 | 11.400,00 |
| 2023 - Manutenção do Programa Vigilância Em Saúde |
|  | 10.000,00 | 41.492,19 | 5.000,00 | 15.195,09 | 31.297,10 |
| 2025 - Contribuicao para Consorcios Regionais - Saude |
|  | 730.000,00 | 159.937,00 | 9.937,00 | 836.511,01 | 43.488,99 |
| 2027 - Manutenção Programa Sorrir |
|  | 355.760,00 | 178.650,92 | 30.000,00 | 317.807,80 | 186.603,12 |
| 2028 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão |
|  | 234.280,00 | 44.108,74 | 0,00 | 60.658,25 | 217.730,49 |
| **Total da Unidade** | **3.871.457,67**  | **1.524.028,45**  | **329.937,00**  | **3.676.752,01**  | **1.388.797,11**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 02 - CAMARA MUNICIPAL SAO BERNARDINO**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores |
|  | 745.000,00 | 0,00 | 0,00 | 459.167,96 | 285.832,04 |
| 2007 - Manutenção da Câmara de Vereadores Mirim |
|  | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| **Total da Unidade** | **780.000,00**  | **0,00**  | **0,00**  | **459.167,96**  | **320.832,04**  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Total Geral**  | **17.399.615,00**  | **4.466.191,67**  | **1.793.639,51**  | **13.558.984,09**  | **6.513.183,07**  |